

RAFAEL DE PAULA AGUIAR ARAÚJO
MARCELO BURGOS DOS SANTOS

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL EM SÃO PAULO: CONSTRUÇÃO DO
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Comunicação e sociedade civil** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

**V Encontro COMPOLÍTICA - Associação Brasileira de Pesquisadores em
Comunicação e Política**

**Mobilização social e sociedade civil em São Paulo: construção do índice de
participação política**

Rafael de Paula Aguiar Araújo (PUC-SP; FESPSP)

E-mail: rafa77@uol.com.br

Marcelo Burgos dos Santos (UFPB)

E-mail: marceloburgos@uol.com.br

Curitiba

8 a 10 de maio de 2013

Introdução

Os atuais processos de tecnicização, informatização e globalização da sociedade provocam profundas alterações em diversas áreas da organização social, no modo de produção econômico e na dinâmica política. Essas mudanças apontam para uma valorização do conhecimento e da informação como fontes de poder. Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm se destacado na sociedade contemporânea por contribuírem significativamente para as mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e na produção de novos valores, sejam estes econômicos, culturais, sociais ou políticos. Trata-se não apenas de uma transformação das políticas institucionais, mas também da ocupação de outras arenas públicas.

Desde fins da década de 90, as TICs abrem novas possibilidades para que a sociedade civil possa participar ativamente da vida pública, ampliando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, e possibilitando uma maior participação dos atores sociais. Exemplos dessas possibilidades foram as ações e protestos anti-globalização que se espalharam pelo mundo a partir de Seattle (EUA) e Gênova (Itália). A arquitetura em rede da Internet, somada às ferramentas de interação, tem possibilitado novas formas de organizações sociais e uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil. As TICs, nesse sentido, têm sido usadas tanto por órgãos e instituições estatais como por indivíduos e grupos sociais organizados.

Nessa perspectiva, tanto o Estado como a sociedade civil se articulam com o uso dessas ferramentas para fazer valer seus pontos de vista e articulações políticas. Quando as ações partem do Estado para a sociedade civil ficam conhecidas como modelos *top-down*, ou seja, de cima para baixo. Quando, ao contrário, partem da sociedade civil para o Estado, o modelo é denominado de *botton-up*, de baixo para cima. Ambos são muito utilizados para pensar o fazer político e a participação democrática. Atualmente, na literatura da Ciência Política, têm sido encarados como modelos de discussão e implementação das políticas públicas. Assim, quanto maior o diálogo ou

contatos porosos entre Estado e sociedade civil mais se definem como democráticas as políticas realizadas.

O próprio Estado ao perceber as possibilidades de uso dessas ferramentas como instrumento político tem procurado criar e ampliar espaços para a participação. No Brasil, um exemplo disso é a criação do projeto E-Democracia pela Câmara dos Deputados, pelo qual qualquer cidadão encontra espaço para sugestão, debates e encaminhamento de propostas que podem ser discutidas no Congresso Nacional, ampliado a possibilidade do exercício democrático.

Podem ser observadas nos últimos anos diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil. Novos arranjos societais implicam em um novo *modus operandi* a partir de algumas características da sociedade civil contemporânea como sua fragmentação, complexidade e pluralidade (em diversas áreas, tais como ambientalismo; direitos humanos; saúde; educação; cultura etc.). Por outro lado, o Estado também passa por mudanças significativas em sua organização e funcionamento, principalmente após anos de governos neoliberais no Ocidente. O enfraquecimento do Estado também auxilia no crescimento e desenvolvimento da organização da sociedade civil. Assim, esses novos arranjos institucionais e sociais aumentam significativamente os espaços de participação cidadã.

Pode-se afirmar que a democracia representativa tem passado por dificuldades de legitimação e funcionamento que acabam produzindo e gerando um incremento da democracia participativa, que amplia as possibilidades de participação cidadã. Como consequência, a política, para os cidadãos, aos poucos, deixa de ser uma prerrogativa do Estado e passa a incorporar novos atores e práticas, que geram novas formas de intervenção no processo político. Em outras palavras, há um processo de redistribuição e reorganização dos poderes políticos. Ademais, o fortalecimento desses movimentos de cidadania passam a legitimar o próprio fazer democrático.

Jorge Alberto Machado (2007) lembra que a institucionalização dos movimentos sociais é algo presente no mundo todo, inclusive no Leste Europeu após a queda do muro de Berlim. De acordo com o autor:

Com sua “institucionalização” como ator social necessário para o aperfeiçoamento da democracia, vimos que os movimentos sociais passaram a ser provavelmente, os mais dinâmicos catalizadores das tensões e conflitos sociais. Portanto, na travessia dos anos noventa e no início do século XXI, os movimentos sociais adquiriram um papel-chave como ator político em um Estado democrático, pela importância reconhecida como portador legítimo e representante dinâmico de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil (Machado: 2007, 259).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF88) incentivou a organização da sociedade civil para lutar e reivindicar direitos e participação política nas decisões do Estado, depois de mais de 20 anos de ditadura militar, quando a participação popular e da sociedade civil foram sufocadas. Inclusive a Carta Magna defendia a soberania popular a partir do:

sufrágio universal e pelo voto direto e secreto mediante os instrumentos do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular. No caso da iniciativa popular legislativa, trata-se de um mecanismo de participação direta da população no exercício do poder de elaboração de uma lei que será submetida à aprovação no Congresso Nacional (Fleury: 2013, 252-3).

Assim, a partir da CF88, começam a ser estimuladas a participação popular e da sociedade civil em diversos Conselhos que passam a existir com a intenção de subsidiar reuniões, encontros, debates e discussões sobre as políticas que deveriam ser adotadas pelo Estado em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal. Exemplo muito conhecido e estudado dessa iniciativa é a experiência do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre (RS) no início dos anos 90. Também como consequência desse “apoio” constitucional, a partir da década de 90 começaram a surgir leis a partir da iniciativa popular. Mais recentemente, a “Lei da Ficha Limpa” em 2010 seria outro exemplo de uma lei de iniciativa popular¹. Atualmente, algumas cidades brasileiras como Recife e Belo Horizonte, têm radicalizado as experiências de OPs, ao adotarem o chamado Orçamento Participativo Digital (OPD) feito com base na participação *online*.

Dessa maneira, sobretudo depois do advento da Web 2.0, os usos da Internet pela sociedade civil têm possibilitado novas formas de participação política. Isso deriva das facilidades com que as informações circulam e atuam na formação da opinião pública e, mais importante ainda, pela possibilidade de

¹ Apesar do inegável avanço que esta lei propõe, ela ainda não pôde ser aplicada pois graças aos desenhos institucionais precisou ser regulamentada pelo Congresso Nacional e interpretada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em Brasília.

se exercer pressão nos gestores públicos para que as demandas da sociedade civil sejam contempladas no campo político e, nos casos analisados aqui, nas definições e implementações de políticas públicas.

Nesse contexto surgiu um novo termo para esta nova prática política: democracia digital. José Eisenberg (2013) define democracia digital como “um ímpeto por democratização da sociedade utilizando-se a internet” (Eisenberg: 2013, 254). Neste ponto de vista não seria uma nova forma de democracia, mas o uso de ferramentas da Web para sua consolidação. Para este autor

a democracia digital pode ser compreendida de três perspectivas distintas: a universalização da participação política (democracia participativa), a redemocratização da representação (democracia representativa) e a democratização da informação (democracia deliberativa). (Eisenberg: 2013, 254).

Ainda de acordo com Eisenberg (2013) a internet vem auxiliando na transformação da democracia participativa através (1) da redução do custo da ação coletiva ao dispor informações e materiais de divulgação de ideias; (2) da redução do custo de participação dos agentes individuais; (3) formação de novas identidades coletivas através de espaços temáticos; (4) horizontalidade da comunicação² e; (5) possibilidade dos movimentos sociais avaliarem a repercussão das atividades políticas.

Assim, mesmo que a democracia participativa não esteja plenamente incorporada à sociedade, ela passa a ter presença cada vez mais importante dentro do funcionamento da democracia representativa atual. As redes sociais são convertidas em um novo espaço público que encoraja a participação dos mais variados atores sociais nas suas lutas e reivindicações políticas.

1. E-participação

Pode-se afirmar que na atualidade a sociedade civil tem na participação cidadã uma importante ferramenta de ação política. A participação cidadã aparece quando as pessoas assumem protagonismos de um processo político (ou social e também cultural) através de ações coletivas organizadas e

² A horizontalidade da comunicação é uma das principais características das Internet e sua organização em rede. Sendo esta uma das propriedades que mais a distinguem da mídia tradicional.

expressas em arenas públicas. Existem várias dimensões de participação que podem ser sublinhadas pela gestão nos processos de políticas decisórias, seus aspectos educativos e o controle dos cidadãos sobre as políticas públicas, também conhecido como *accountability* vertical (GOHN, 2010). Essa participação tornaria o cidadão mais ativo, permitindo um maior engajamento político e uma maior percepção da coletividade, fomentando e consolidando a democracia (MEIJER et al, 2009).

A participação cidadã possibilita aos sujeitos dizer diretamente o que desejam. Com isso os indivíduos e minorias, normalmente alheios aos processos políticos, ganham voz. Esse processo, além de encorajar habilidades e virtudes cívicas, potencializa a possibilidade de deliberação pública, o que pode gerar decisões fundamentadas e racionalizadas. A racionalização do bem comum, segundo Michels (2011) potencializa os resultados de processos democráticos.

Assim, a participação dos cidadãos pode ser considerada uma característica importante da democracia contemporânea, contribuindo para uma maior eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas, sobretudo porque os interessados também cooperam para a solução dos problemas (PAPADOULOS & WARIN, 2007).

A Internet passa a ofertar novos meios para os cidadãos participarem da vida política, ao criar mecanismos para o desenvolvimento da participação *online* e disponibilizar ferramentas que permitem aos indivíduos buscarem soluções coletivas para os problemas da sociedade. As possibilidades abertas pelas TICs introduzem transformações que modificam e diversificam as formas de participação civil, estimulando a intervenção popular na formulação e no processo decisório das políticas públicas, e também nos processos de implementação e avaliação das mesmas (Penteado et al, 2012b).

2. Rede Nossa São Paulo (RNSP) e o Mapa da Participação Cidadã

Um significativo exemplo desse processo é a Rede Nossa São Paulo (RNSP), movimento que reúne cerca de 700 instituições com o objetivo comum de ampliar e fortalecer a participação democrática. A RNSP atua como um movimento da sociedade civil organizada com o objetivo de desenvolver

diferentes ações políticas e de promover a cidadania com o auxílio da Internet, agindo neste novo modelo de organização das sociedades contemporâneas. Sua organização procura garantir uma força política capaz de atuar na agenda de administração da cidade, melhorando a vida de seus habitantes. A iniciativa procura atuar na proposição da agenda de discussões sobre a cidade além de pensar seu planejamento. A RNSP também age no estabelecimento de metas que, posteriormente, serão cobradas tanto do Poder Legislativo (Câmara Municipal) quanto do Poder Executivo (Prefeitura). Nesse sentido, a Rede

opera por meio da formação de uma agenda social construída coletivamente por seus membros e parceiros, articula e promove ações sociais em prol de políticas públicas para a cidade, organiza protestos sociais, desenvolve projetos e programas, em articulação com seus membros e parceiros, e exerce pressão políticas sobre os representantes políticos (Penteado et al: 2012b, 2).

Em seu portal, dentre muitas outras ações, a RNSP disponibiliza o Mapa da Participação Cidadã³. Trata-se de uma plataforma que permite localizar distintas instituições que atuam na cidade de diferentes formas (associações de bairros, conselhos municipais, organizações não governamentais, sindicatos etc.), dentre as quais se destacam 13 organizações virtuais⁴, que atuam especialmente dentro do ciberespaço em diferentes áreas de atuação (mobilidade urbana, participação política virtual, meio ambiente, educação etc.), são elas: Cidades Democráticas⁵; Vote na Web⁶; Urbanias⁷; SACSP - Sistema de estatísticas e acompanhamento das reclamações dos munícipes da cidade de São Paulo⁸; Observatório da Educação⁹; Movimento Respira São Paulo¹⁰;

³ Disponível em: <http://www.mapadaparticipacao.org.br/>. Acesso em 22/03/13.

⁴ A denominação “organizações virtuais” foi usada pelos desenvolvedores do Mapa da participação como uma categoria classificatória.

⁵ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/>.

⁶ Disponível em: <http://www.votenaweb.com.br/>.

⁷ Disponível em: <http://www.urbanias.com.br/>.

⁸ Site fora do ar.

⁹ Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/>.

¹⁰ Disponível em: <http://www.respirasaopaulo.com.br/>.

Ciclocidade - Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo¹¹; Associação Bike Brasil¹²; Transporte Ativo¹³; CicloBr¹⁴; Good News Brasil¹⁵; Arqueiros do Apocalipse ZenSurreal - Espaço de Criação da Arte Viva Quotidiana¹⁶; e Hortelões Urbanos¹⁷. Para a realização dessa pesquisa selecionamos essas organizações, com o objetivo de desenvolver um índice de participação política online capaz de hierarquizar experiências de acordo com sua capacidade de interferência no processo decisório das políticas públicas.

Do total das 13 organizações virtuais cadastradas, duas se encontravam fora do ar (SACSP - Sistema de estatísticas e acompanhamento das reclamações dos munícipes da cidade de São Paulo e Arqueiros do Apocalipse ZenSurreal - Espaço de Criação da Arte Viva Quotidiana – AAZS-ECAVQ) isto é, seus endereços eletrônicos informavam que estavam em manutenção (SACSP) ou conteúdo indisponível (Arqueiros), durante o período de análise (fevereiro a março 2013). Essas duas entidades não foram estudadas. Segue abaixo o perfil das outras onze organizações virtuais estudadas:

2.1. Associação Bike Brasil

A Associação Bike Brasil é uma associação virtual que reúne ciclistas de todo o Brasil e tem por objetivos propagar informações sobre encontros, movimentos ativistas e informações relacionadas ao ciclismo, além de incentivar o uso da bicicleta em suas mais diversas modalidades.

¹¹ Disponível em: <http://www.ciclocidade.org.br/>.

¹² Disponível em: <http://www.bikebrasil.com.br/>.

¹³ Disponível em: <http://www.transporteativo.org.br/>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.ciclobr.com.br/>.

¹⁵ Disponível em: <http://www.facebook.com/goodnewsbrasil>.

¹⁶ Site fora do ar.

¹⁷ Disponível em: <http://www.facebook.com/groups/170958626306460/>.

Associação Bike Brasil	Descrição
Perfil	Associação Virtual da Sociedade Civil
Atores e parceiros	Federações Estaduais de Ciclismo
Origem	Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação
Áreas de atuação	Esporte, Meio ambiente, Transporte / Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Federações estaduais de ciclismo
Uso das TICs	Website; blog e Facebook
Direcionamento das ações	Grupos específicos (ciclistas)

2.2. Ciclo Br:

O Ciclo Br nasceu de uma iniciativa de dois amigos que criaram um site para a divulgação de viagens ciclísticas, que posteriormente se transformou em um canal de informações para ciclistas, divulgando informações sobre cicloviagens e ciclismo urbano, que se associou às organizações virtuais da Rede Nossa São Paulo.

Ciclo Br	Descrição
Perfil	Organização da Sociedade Civil
Atores e parceiros	Anderson Bicicletas e Durban
Origem	Internet
Área de influência	São Paulo - ciclistas
Tipo de webativismo	E-Informação
Áreas de atuação	Esporte, Meio Ambiente e Transporte/ Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Não
Uso das TICs	Website; Facebook, Twitter, e-mail para contato, YouTube e Vimeo para vídeos, e Flickr para imagens
Direcionamento das ações	Grupos específicos (ciclistas)

2.3. Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo:

A Ciclocidade é uma organização da sociedade civil que atua com o objetivo de construir uma cidade mais sustentável, baseada na igualdade de acesso a direitos para os ciclistas, promovendo a mobilidade e o uso da bicicleta como instrumento de transformação.

Ciclocidade	Descrição
Perfil	ONG
Atores e parceiros	Instituto CicloBr de Fomento à Mobilidade Sustentável
Origem	Movimento social que se apropriou das TICs
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Mobilização; E-Engajamento; E-Informação
Áreas de atuação	Meio Ambiente; Transporte/ Mobilidade; Cidadania
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Instituto CicloBr de Fomento à Mobilidade Sustentável (parceiro)
Uso das TICs	Website; Facebook; Twitter, Flickr, Vimeo, Google+; email, além de reuniões presenciais (associação).
Direcionamento das ações	Ações universalistas

2.4. Cidades Democráticas:

O *Cidades Democráticas* é um projeto para fomentar iniciativas de participação política dentro do ambiente da rede mundial de computadores, que se apropria das características da Internet para criar uma plataforma de participação colaborativa e formação de comunidades virtuais voltadas para a discussão e apoio de iniciativas de cidadãos para a construção de cidades melhores. O website oferece uma ferramenta de comunicação e mobilização, aberta para a livre participação, pela qual os usuários podem debater temas relacionados a políticas públicas.

Cidades Democráticas	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual

Atores e parceiros	Instituto Seva (administrador)
Origem	Internet
Área de influência	Todo o Brasil: maior participação dos cidadãos de Jundiaí e São Paulo
Tipo de webativismo	E-Mobilização; E-Informação; E-Engajamento
Áreas de atuação	Cultura; educação; esporte; meio ambiente; saúde; habitação; transporte/ mobilidade; direitos sociais; cidadania; transparência
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	AVINA IBM OMYDIAR NETWORK
Uso das TICs	A plataforma é um website, que é baseado em fóruns de discussão e comunidades interna voltado para a interatividade entre os usuários que podem propor temas para discussões, soluções para os problemas urbanos, apoiar iniciativas de outros usuários, etc.
Direcionamento das ações	Ações universalistas e ações voltadas para grupos específicos

2.5. Good News Brasil:

O *Good News Brasil* é uma comunidade virtual que atua dentro do Facebook. A página da comunidade é voltada para o compartilhamento e divulgação de informações, notícias, boas iniciativas, boas práticas, leis, etc., sobre diferentes assuntos ligados a esfera pública, que os membros julgam importantes para o público em geral e, especialmente, para o meio ambiente.

Good News Brasil	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual (dentro do Facebook)
Atores e parceiros	Nenhum
Origem	Iniciativa da sociedade civil que surge na Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização (não foi possível verificar se houve alguma organização a partir das publicações do grupo)
Áreas de atuação	Educação; Meio Ambiente; Saúde; Cultura; 3º Setor; Empreendimentos Sociais; Alimentação; Gestão Pública; Cidadania; Espiritualidade.
Existem instituições dando legitimidade e força para a	Não

ação?	
Uso das TICs	Página no Facebook
Direcionamento das ações	Ações universalistas e ações para grupos específicos

2.6. Hortelões urbanos:

É uma comunidade virtual dentro do Facebook que tem por finalidade a “troca de experiências e informações sobre o cultivo doméstico de alimentos”. É um movimento virtual da sociedade civil que tem por objetivos incentivar a agricultura urbana, plantio de alimentos em casa e fomentar a produção de hortas orgânicas em espaços públicos da cidade de São Paulo. Atualmente, a comunidade na rede social conta com 2.714 membros e possui publicação diária de conteúdos. Dentro desse espaço virtual, o grupo disponibiliza documentos sobre o tema e divulga eventos de atividades correlacionadas.

Hortelões Urbanos	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual (dentro do Facebook)
Atores e parceiros	Cidadãos interessados pela agricultura urbana e orgânica; Comunidades relacionadas a plantações e artigos sobre plantações de hortas orgânicas.
Origem	Movimento da sociedade civil que surge na Internet
Área de influência	Principalmente São Paulo, mas pessoas de outras cidades também podem participar
Tipo de webativismo	E-participação, E-deliberação e E-mobilização
Áreas de atuação	Meio Ambiente; Educação; Saúde
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Indefinido
Uso das TICs	Facebook; Blog (pouco ativo); Tumblr (pouco ativo)
Direcionamento das ações	Ações direcionadas para público específico (ambientalistas e simpatizantes)

2.7. Movimento Respira São Paulo:

O *Movimento Respira São Paulo* tem como objetivo incentivar e estimular a tração elétrica no transporte urbano, pelo aumento da frota de veículos híbridos e elétricos na região metropolitana de São Paulo, visando a redução da emissão de poluentes e melhorar a qualidade de vida do cidadão paulistano. Seu website disponibiliza dados sobre poluição, transporte elétrico e exemplos mundiais de uso dessas tecnologias nas cidades.

Movimento Respira São Paulo	Descrição
Perfil	Movimento da sociedade civil
Atores e parceiros	Indefinido
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação
Áreas de atuação	Meio ambiente; Transporte/ Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Memorial do Imigrante Rede Nossa São Paulo
Uso das TICs	Website (com baixa qualidade e poucos serviços); blog (desatualizado); Facebook (com pouca postagem); Twitter (não possui nenhum tweet)
Direcionamento das ações	Ações universalistas – transporte urbano

2.8. Observatório da Educação:

O *Observatório da Educação* é um projeto da ONG *Ação Educativa*, que tem por objetivo produzir e disseminar informações, promover o debate público sobre educação e subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito humano. O *Observatório* produz um boletim com a análise da cobertura jornalística sobre a educação. Também difunde temas que não tem visibilidade na mídia em geral, ampliando o debate público sobre a educação, por meio do ciberespaço. O

cidadão também pode acompanhar, por meio do site, as sessões dos conselhos estadual e municipal de educação de São Paulo. O observatório também desenvolve outros projetos de participação online.

Observatório da Educação	Descrição
Perfil	Organização da sociedade civil (ligada a uma ONG)
Atores e parceiros	Ação Educativa
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-consulta; E-engajamento; E-deliberação (debate entre profissionais da educação)
Áreas de atuação	Educação; Cidadania
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Fundação AVINA Evangelischer Entwicklungsdienst (EED) – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento
Uso das TICs	Website (com boa navegabilidade e muitas seções, informações e serviços online); Canal do Youtube; Facebook; Twitter; Blogs
Direcionamento das ações	Ações universalistas e para grupos específicos (professores e educadores)

2.9. Transporte Ativo:

A associação *Transporte Ativo* é uma organização da sociedade civil que atua na área de mobilidade urbana, incentivando o uso da bicicleta como transporte. Fundada em 2003, a associação busca abrir canais de diálogo com o governo e a sociedade, tentando criar alternativas para o desenvolvimento de políticas públicas para o uso de bicicletas. A *Transporte Ativo* é formada por entusiastas, especialistas, consultores e autoridades da causa da propulsão humana, da mobilidade sustentável e da qualidade de vida.

Transporte Ativo	Descrição
Perfil	Organização da sociedade civil
Atores e parceiros	Prefeitura do Rio de Janeiro
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet

Área de influência	Rio de Janeiro; São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento;
Áreas de atuação	Meio ambiente; transporte/ mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Prefeitura do Rio de Janeiro; Banco Itaú; GigaBike; Durban; All Track Bicycles; CopenHagenIzeEu; ITDP; Bicycle Partnership Program; UCB
Uso das TICs	Website; Facebook; Twitter; Instagram
Direcionamento das ações	Ações para grupos específicos (ciclistas)

2.10. Urbanias:

O *Urbanias* é uma organização da sociedade que desenvolveu um aplicativo¹⁸ dentro do Facebook (o usuário também pode baixar o aplicativo no celular) pelo qual qualquer usuário pode localizar e identificar, inclusive com fotos digitais, problemas na cidade de São Paulo. As reclamações feitas são encaminhadas para o órgão público responsável e o *Urbanias* fica aguardando um retorno. No blog o usuário também pode acompanhar os principais problemas da cidade e emitir opiniões sobre os diferentes assuntos abordados.

Urbanias	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual
Atores e parceiros	Catraca Livre
Origem	Iniciativa da sociedade civil que começou na Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento;
Áreas de atuação	Cidadania; Infra-estrutura; serviços públicos
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Catraca Livre
Uso das TICs	Facebook; Twitter; Blog
Direcionamento das ações	Ações universalistas

¹⁸ Disponível em: <https://apps.facebook.com/urbanias>. Acesso em 27/03/2013.

2.11. Vote na Web:

O *Vote na Web* é uma comunidade virtual que promove o debate público em torno dos projetos de lei em votação no Congresso Nacional. O objetivo dessa ação é politizar a sociedade, por meio dos canais de interação e participação da Internet. Pelo site os usuários podem acompanhar, votar e debater o trabalho desenvolvido pelos parlamentares, assim como criar um canal de comunicação e diálogo entre os políticos e os cidadãos.

Vote na Web	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual
Atores e parceiros	Webcitizen – empresa que desenvolveu o aplicativo para a participação cidadã
Origem	Iniciativa da sociedade civil que começou na Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento; E-consulta; E-deliberação
Áreas de atuação	Cultura, educação, saúde, habitação, transparência, esporte, meio ambiente, transporte / mobilidade, direitos sociais e cidadania.
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Nenhuma
Uso das TICs	Website; Aplicativo dentro do website
Direcionamento das ações	Ações universalistas

Das onze organizações e comunidades virtuais estudadas, pode-se notar a heterogeneidade de sua composição e perfil de ação política. Existem casos de movimentos sociais ou organizações sociais que se apropriaram das Tecnologias de Informação e Comunicação para criar novas formas de comunicação e participação (Ciclocidade, Movimenta Respira São Paulo, Observatório da Educação e Transporte Ativo) bem como organizações que nasceram dentro da Web (Associação Bike Brasil, Ciclo Br, Cidade Democrática, Good News Brasil, Hortelões Urbanos, Urbanias e Vote na Web), com uma dinâmica mais interativa e com mais variadas ferramentas de participação online.

3. E-participação e Políticas Públicas: indicador de influência

Para a avaliação do grau de influência da e-participação sobre as políticas públicas de cada uma das experiências selecionadas, foi construído um indicador a partir de três dimensões, visando integrar diferentes características pelas quais as organizações da sociedade civil, por meio dos dispositivos comunicacionais da Internet, podem promover uma maior participação cidadã, atuando dentro do processo de desenvolvimento de políticas públicas. São elas:

- *Uso dos recursos da Internet:* como as organizações utilizam os recursos comunicacionais da Internet? Qual a qualidade do site? É atrativo? Oferece serviços? As informações são atualizadas? Existem canais de interatividade? Disponibiliza outros espaços de comunicação?
- *Webativismo e capital social:* que tipos de ativismo digital a organização promove? Quais são as redes de apoiadores e parceiros? Tem parcerias com o poder público? Possui visibilidade nos meios de comunicação?
- *Relação com as políticas públicas:* as ações realizadas são voltadas para influenciar as políticas públicas? As organizações enviam propostas para o poder público? Oferecem mecanismo de participação online permanente ou controle social por meio da Internet?

Para a realização da mensuração de cada uma das dimensões, cada uma foi considerada a partir de uma escala de 0 a 5, variando positivamente de acordo com a maior capacidade de influenciar no processo de políticas públicas por meio do ciberespaço.

Na primeira dimensão, as organizações foram classificadas de acordo com navegabilidade, a qualidade visual do website / blog / página no facebook (quanto melhor a navegação e facilidade para a localização de informações, serviços, ferramentas de participação e interatividade, maior seu grau de influência); serviços disponibilizados nas plataformas digitais aos usuários (quanto maior o número de serviços, maior a gradação); ferramentas de interatividade; uso dos diferentes dispositivos de comunicação na Web (maior

grau associado à diversidade de canais e aplicativos de participação); e atualização dos conteúdos.

A segunda dimensão está voltada para a mensuração do nível de webativismo desenvolvido pelas organizações que utilizam o ciberespaço em suas ações políticas e o capital social dessas (suas conexões e parcerias). Nessa dimensão são avaliados os diferentes tipos de webativismo: E-informação, E-consulta, E-mobilização, E-deliberação, E-engajamento e E-empoderamento¹⁹ (quanto maior o número de tipos maior sua pontuação) e o capital social das organizações virtuais (redes de apoiadores e parceiros; parcerias com o poder público e visibilidade nos meios de comunicação).

Por fim, a última dimensão está direcionada a avaliar o grau de relação (direta ou indireta) com as políticas públicas. Nessa dimensão são classificadas e graduadas as organizações que têm ações voltadas especificamente para alguma política pública, se enviam propostas e/ou projetos formais de intervenção ou avaliação de políticas públicas e se disponibiliza alguma ferramenta online de participação permanente e/ou de controle social de alguma política em vigor.

Dentro desta abordagem tridimensional foi possível fazer uma aproximação do grau de influência das organizações virtuais no ciclo de políticas públicas, podendo-se avaliar qual possui maior capacidade de promover maior E-participação dentro do processo de políticas públicas. Segue abaixo a sistematização dos resultados obtidos:

¹⁹ Entendemos como eInformação um canal de informação para os cidadãos a respeito do tema a que se refere uma ação; a eConsulta consiste em um canal de comunicação online para coletar do público respostas e alternativas para diferentes problemas; o eEngajamento ocorre quando os cidadãos compreendem e aderem às propostas realizadas; a eColaboração implica um canal interativo entre o cidadão e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e na identificação das soluções; e eEmpoderamento significa a transferência da influência, do controle e da formulação de políticas para o público. Tais categorias foram inspiradas em TAMBORIUS et al, 2007.

Gráfico 01: Dimensão do uso dos recursos da Internet

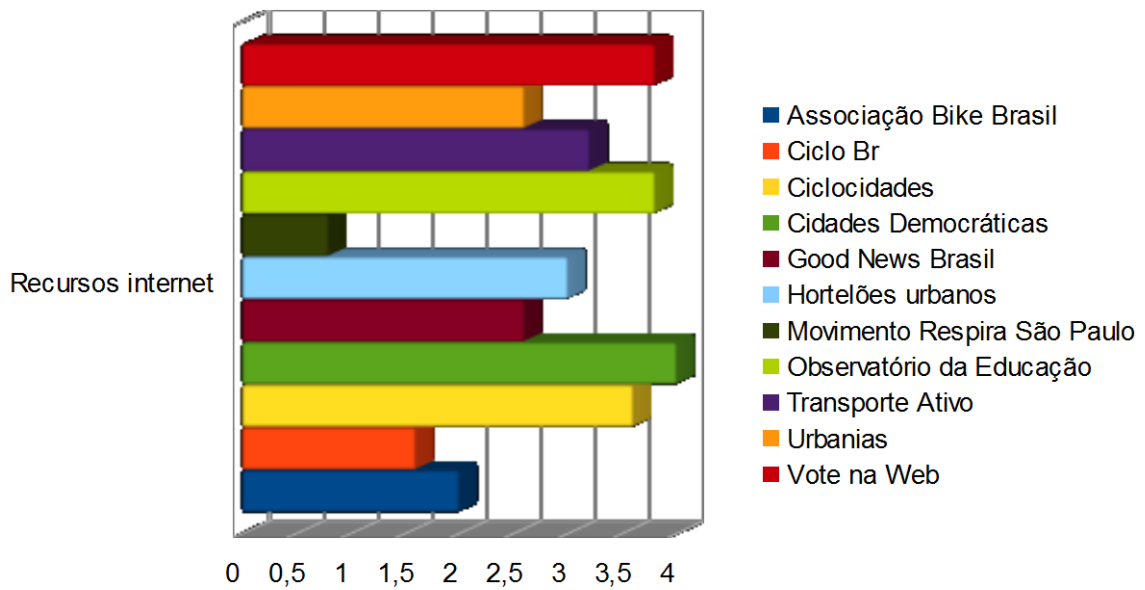


Gráfico 02: Dimensão do Webativismo e Capital Social

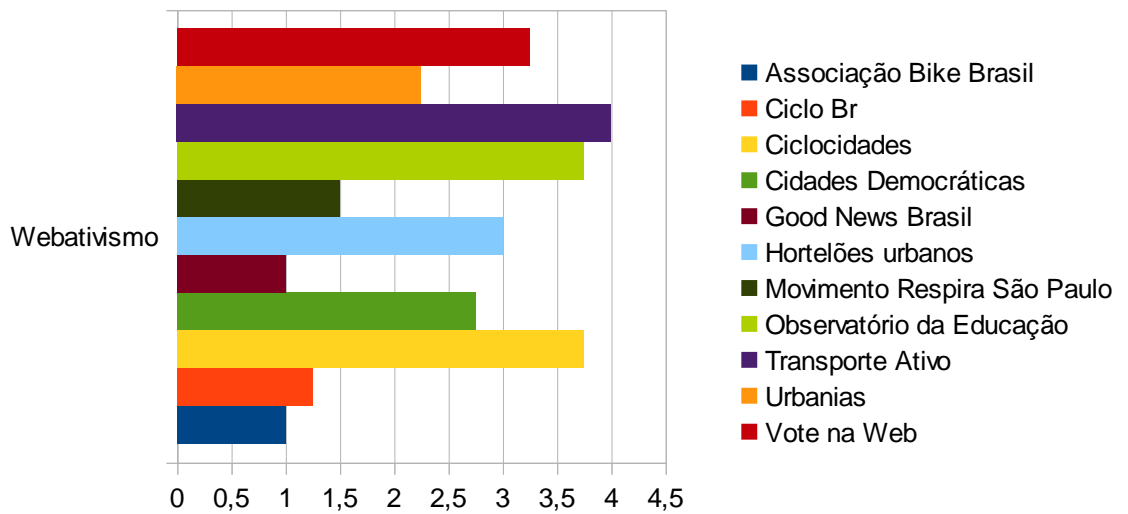
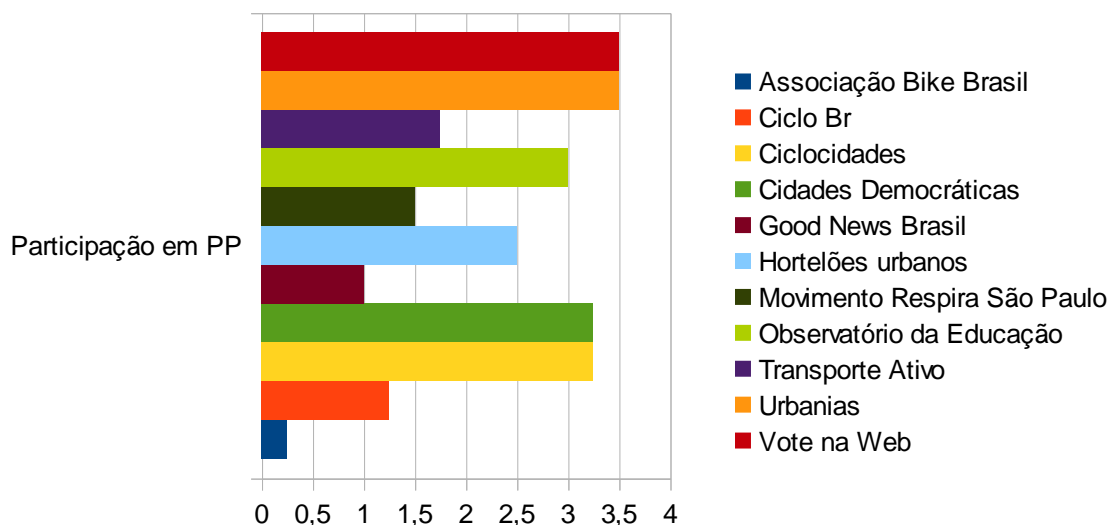


Gráfico 03: Dimensão Participação em Políticas Públicas



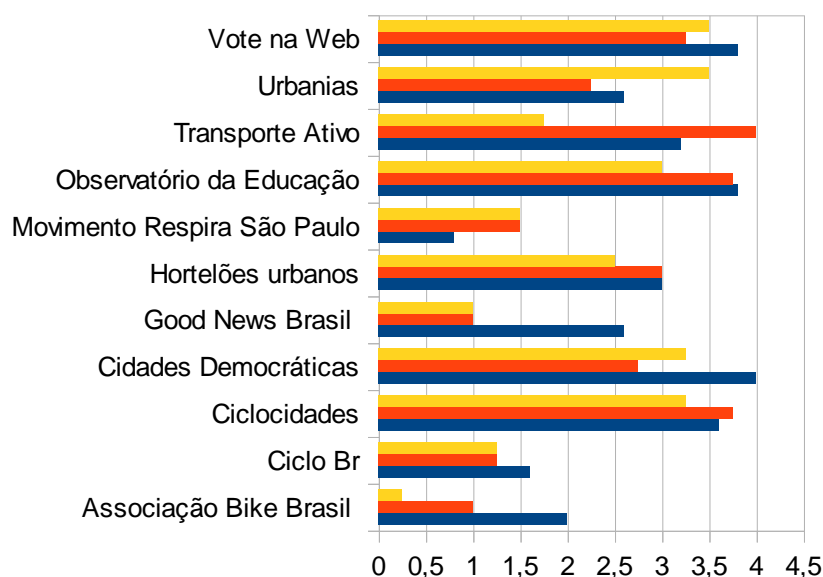
Os três gráficos acima permitem visualizar cada uma das três dimensões da E-Participação e a forma como as ações analisadas foram avaliadas. Pelo gráfico 01 é possível perceber que as organizações Movimento Respira São Paulo, Ciclo Br e Associação Bike Brasil possuem menos recursos de Internet, ao passo que as organizações Ciclocidades, Cidades Democráticas, Observatório da Educação e Vote na Web fazem melhor uso das ferramentas da Web. Isso indica que as últimas são ações que constroem em suas páginas uma estrutura mais favorável à participação dos interagentes.

Ao analisarmos o gráfico 02 notamos que novamente as organizações Movimento Respira São Paulo, Ciclo Br e Associação Bike Brasil, somadas a Good News Brasil, são as que possuem um índice menor de webativismo e de capital social. O mesmo ocorre com Ciclocidades e Observatório da Educação, que somadas a Transporte Ativo, possuem o maior índice de Webativismo e capital social. Com isso é possível notar que as organizações tendem a qualificar suas ações de forma mais ou menos homogênea, se tomarmos por referências os critérios adotados para a construção do índice de influência.

O gráfico 03 confirma essa hipótese, pois novamente as mesmas organizações que apresentam um baixo índice de recursos de internet, webativismo e capital social, também possuem baixa participação em políticas

públicas. O mesmo se repete com as organizações mais bem estruturadas, Vote na Web, Ciclocidades e Cidades Democráticas. A exceção fica por conta da organização Urbanias, que possui uma boa avaliação na dimensão de participação em políticas públicas, mas nas outras duas dimensões apresentou uma avaliação mediana. No gráfico 04 é possível visualizar as 3 dimensões juntas para cada uma das organizações estudadas.

Gráfico 04: E-participação em Políticas Públicas



A partir do gráfico 4 é possível verificar uma homogeneidade das três dimensões nas organizações Vote na Web, Ciclocidades, Observatório da Educação. As três possuem uma avaliação superior a 3,5 nas três dimensões propostas para a análise. O mesmo ocorre do lado oposto: Ciclo Br, Movimento Respira São Paulo, Associação Bike Brasil são pouco significativas nas três dimensões. As outras quatro organizações possuem avaliações heterogêneas e indicam que possuem alguns aspectos mais desenvolvidos que outros. Essa heterogeneidade apresentada pelas quatro organizações medianas nos permite evidenciar a dificuldade de mensuração das propostas. Afinal, uma organização como a Urbanias, que possui um elevado grau de participação online e bons índices de envio de projetos e ações direcionadas para políticas

públicas, mas com índices baixos de recursos da Internet e webativismo, em que medida é possível ter seu índice de influência identificado e classificado?

Questões como essa nos impelem a ampliar o estudo para outras categorias de classificação, tais como a insidência dos temas de cada ação e a mensuração da repercussão das ações nos meios de comunicação tradicionais e no interior das assembleias legislativas. Esse cuidado deverá ocorrer a partir da análise em separado de cada uma das ações propostas, de tal forma que a avaliação das organizações que foi feita aqui possa ser complementada.

Considerações finais

Essa pesquisa apresenta os primeiros resultados de um trabalho que procura construir um índice de participação política online capaz de hierarquizar experiências de acordo com sua capacidade de interferência no processo decisório das políticas públicas. Dentro desse escopo, a avaliação dessas 13 organizações virtuais reunidas pela RNSP materializa a aplicação de uma metodologia capaz de contribuir para a construção do índice.

Nesse sentido, a criação do indicador possibilitaria o desenvolvimento de uma ferramenta de avaliação de experiências de inovação de participação democrática online, principalmente dentro do processo de formulação e avaliação de políticas públicas, em um viés participativo. Nesse primeiro momento, o artigo apresentou uma primeira avaliação da atuação de 13 organizações virtuais, vinculadas a RNSP, mensurando o grau de utilização das ferramentas da Internet para a participação online (eParticipação), a identificação da atuação dentro das etapas do ciclo de políticas públicas e sua capacidade para influenciar as políticas.

Os resultados ainda são incipientes e apontam para a necessidade do amadurecimento das categorias, com um maior detalhamento dos aspectos a serem avaliados e mensurados. Nesse primeiro momento a primeira etapa da metodologia criada foi testada e indicou lacunas que precisam ser preenchidas. Cada uma das experiências selecionadas foram debatidas a partir das categorias e critérios construídos, o que possibilitou, grosso modo, hierarquizar as organizações estudadas. No entanto, essa hierarquia que os gráficos nos

evidenciam não nos possibilita afirmar que essas instituições exercem uma influência maior ou menor junto ao poder público no desenvolvimento de políticas públicas.

A pesquisa evidenciou a necessidade de se fazer a avaliação por ações e não por instituições. Além disso, é preciso que as ações sejam avaliadas através de outros recursos capazes de medir a permeabilidade das ações junto às instâncias decisórias. Para tanto, a análise deverá partir para uma abordagem qualitativa.

Esse artigo procurou sistematizar a primeira etapa do trabalho que vem sendo feito para a construção de um índice de participação e influência junto ao processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas. Um expressivo número de pesquisadores está empenhado em dar forma a esse projeto e o debate acadêmico é a melhor maneira de se encontrar os caminhos mais seguros para a pesquisa. Na próxima etapa, um número significativo de ações será analisado e será possível estabelecer valências mais precisas e critérios mais consistentes de hierarquização.

Com esse trabalho espera-se fornecer elementos para a construção de uma ferramenta capaz de facilitar a avaliação de outras experiências e, ao mesmo tempo, de analisar as capacidades de influência da sociedade civil junto ao Estado no processo de desenvolvimento de políticas, caracterizando o ciberativismo como possibilidade de mobilização social e de participação política.

Referências bibliográficas

EISENBERG, José. *Democracia Digital*. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.

FLEURY, Sonia. *Democracia Deliberativa*. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.

FUNG, Archon; GILMAN, Hollie Russon; SHKABATUR, Jennifer. Six models for the Internet + Politics. Working paper. Disponível em: <http://archonfung.net/docs/articles/2012/SixModels6.pdf>. Acesso em 12/02/2013.

GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais*. In: Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 46, nº 1, jan/abr, 2010.

MACHADO, Jorge Alberto. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul/dez 2007, p. 248-285

MACINTOSH, Ann. *Characterizing E-Participation in Policy-Making*. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, Computer Society Press, 2004

MEIJER, Albert; BURGER, Nils; EBBERS, Wolfgang. *Citizens4Citizens: Mapping participatory practices on the Internet*. In: Electronic Journal of e- Government, 7 (1), 2009, p. 99-112.

MICHELS, Ank. *Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy?* In: International Review of Administrative Sciences. Brussels, Vol. 77: 275, 2011.

NORRIS, Pipa. *Digital divide? Civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PAPADOULOS, Yannis. WARIN, Philippe. *Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making effective and democratic?* In: European Journal of Political Research, 46, 2007, pp. 445-472.

PENTEADO, Claudio Luis; ARAÚJO, Rafael; SANTOS, Marcelo Burgos. *Sociedade civil e políticas públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política*. Paper apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 2012a. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7821&Itemid=76

PENTEADO, Claudio Luis; SANTOS, Marcelo Burgos; ARAÚJO, Rafael. *Sociedade civil organizada e estratégias de articulação: o caso da Rede Nossa São Paulo*. Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado, 2012b. Disponível em: http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/29_6_2012_3_44_33.pdf

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. (2007), *Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium*. IST Network of Excellence Project. Disponível em: http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMOnet_booklet_1.pdf. Acesso em: 10/02/2012.